

ATUALIDADE DA FILOSOFIA DA RELIGIÃO DE HEGEL

M. F. de Aquino

A publicação em 1970 do primeiro volume das *Lições sobre filosofia da religião de G. W. F. Hegel*, aos cuidados de K.-H. Ilting e sob o patrocínio do Instituto Italiano Per gli Studi Filosofici(1), e mais recentemente a publicação das mencionadas Lições, em 1983, agora aos cuidados de W. Jaeschke e sob o patrocínio do Hegel-Archiv, Bochum(2) reavivaram o interesse da comunidade filosófica por essa parte do *corpus* hegeliano que é constituída pela sua Filosofia da religião.

0.0. No contexto desse interesse renovado, brota espontânea a pergunta por como ler as Lições hegelianas sobre a filosofia da religião. Ora, é um dado seguro da hodierna *Hegelforschung* que o enquadramento dum problema setorial do pensamento de Hegel, como é o caso do problema da religião, pressupõe o estudo das relações estruturais que há entre a *Ciência da Lógica* e a *Filosofia do real*.(3) Tal estudo servirá de moldura metodológico-especulativa para efetuar a exegese do texto hegeliano.

0.1. A *Lógica*(4) deve ser afrontada numa dupla leitura. Numa primeira leitura é oportuno levar em conta o caráter da *Ciência da Lógica*, enquanto ela cumpre o programa filosófico que Hegel amadureceu em Iena, que é dum certo cunho e alcance ontológico. A ontologia subjacente à *Ciência da Lógica* é ao mesmo tempo uma crítica do conhecimento. Pois bem, uma tal unidade de ontologia e crítica do conhecimento evolve-se ao nível metodológico através da articulação existente entre a imediatidade inicial, a dupla negação e o retorno à imediatidade mediada(5). Ao nível semântico ela se evolve como um sistema das determinações da imediatidade: o ser, a existência, a realidade-substancialidade, a objetividade, a idéia imediata e a idéia absoluta(6).

Enquanto é um sistema de determinações, a idéia lógica evolve-se num tríplice nível. A imediatidade denominada o ser articula-se na lógica do ser como categoria do ser, cujo discurso é feito na referência do *substrato* consigo mesmo(7). As imediatidades denominadas a existência e a realidade-substancialidade articulam-se na Lógica da essência como determinações da reflexão, cujo discurso é referido à exposição da *substância*(8), a qual se constitui mediante a referência a si. As imediatidades denominadas a objetividade e a idéia imediata articulam-se na Lógica do conceito como determinações do pensamento(9) e se referem à exposição do puro conceito. No nível do substrato o processo lógico desdobra-se formalmente como uma passagem das categorias uma nas outras; no nível da reflexão esse se desdobra como um aparecer no oposto e, finalmente, no nível do conceito como um desenvolvimento.

Na esfera do ser houve um tipo de relação entre as categorias chamadas por Hegel *dupla passagem*, que prepara na esfera da reflexão a articulação da determinação chamada fundamento, com o seu termo correlativo o fundamentado, na forma duma *totalidade*, que é justamente a primeira totalidade lógica. O evolver-se ulterior da Lógica é a articulação da realidade-substancialidade como uma *totalidade real* cuja relação de exteriorização é a *manifestação*. A totalidade real no conceito particular vem para junto de si mesma, determinando-se como uma completeza que vem posta na subjetividade. Ou em outras palavras, que se determina como *diferença interna*. A totalidade no silogismo determina-se como o racional, o qual na objetividade toma o rumo do desenvolvimento de si como *autodeterminação e automovimento*, que se manifesta no fim realizado. A última imediatidade tem por objetivo lógico a idéia de espírito, cuja tarefa é a de preparar a *realização* da idéia total. Na idéia absoluta ela se manifesta como método absoluto, isto é como unidade de idéia teórica e idéia prática de tal modo que nela a sua liberdade transpassa para a verdade de si mesma. A idéia absoluta é o conceito posto na forma da imediatidade. Nesse ponto, o método é igualmente a dedução dos conteúdos das outras esferas da sistemática do real. Ele passa a ser um método alargado a partir da forma universal.

O resultado dessa leitura que leva em consideração a ontologia subjacente à Ciência da Lógica é o de considerar a Filosofia do espírito absoluto como seu pólo co-extensivo. Muito sucintamente, a Lógica não é uma autarquia. Ora bem, os termos duma tal relação são: a ime-

diatidade, a reflexão e o retorno à imediatidade; ou então, a natureza, o espírito e a logicidade, ou ainda a arte, a religião e a filosofia. Ou exprimindo estes termos mediante determinações psicológicas, a intuição, a representação e o pensamento. A correspondência entre a Lógica e a Filosofia do espírito absoluto permite estabelecer as seguintes correlações: imediatidade/natureza/arte/intuição; reflexão/espírito/religião/representação; retorno à imediatidade/logicidade/filosofia/pensamento. Na Filosofia do espírito absoluto a religião(10) e a filosofia(11) são perspectivas de intelecção do inteiro processo. Ambas são as esferas mais elevadas enquanto nelas o espírito se mediatiza consigo mesmo. A articulação da automeiação do espírito é levada a cabo nos silogismos da religião e da filosofia. Ora, uma tal relação entre a Lógica e a Filosofia do espírito absoluto apresenta a teoria principal do pensamento de Hegel.

0.2. A Ciência da Lógica pode ser vista numa segunda leitura como o fundamento a partir do qual se articula a sistemática do real: a Filosofia da natureza e a Filosofia do espírito. A relação que há entre a Lógica subjetiva e a Filosofia do espírito subjetivo é um caso paradigmático da relação entre puro pensamento e as ciências que se constituem a partir da experiência. Ou seja, é um caso da relação entre *Metafísica e realidade*(12). Aqui se entende por realidade o entrelaçamento das relações sujeito-objeto que caracterizam a experiência da consciência e que vem assumido como material pressuposto pela atividade psíquica.

Relativamente à Filosofia do espírito subjetivo, é preciso dar o devido destaque à conexão existente entre a Fenomenologia do espírito e a Psicologia. Com efeito, o dado exterior e sensível encontra-se em contacto com a experiência, ou seja a consciência é experiência de algo exterior e sensível. Na unidade da categoria instaura-se a unidade entre sujeito-objeto, que é precisamente a imediatidade com a qual se inicia a Psicologia. Quando Hegel fala da imanência do espírito, ele já supõe acontecida a articulação sujeito-objeto segundo as determinações da consciência.

0.3. Estes dois níveis de leitura da Lógica não-a apresentam, por conseguinte, tanto como uma *Ontologia* quanto como uma *Prima Philosophia*, duas referências sistemáticas que constituem o quadro especulativo dentro do qual é viável a leitura das Lições sobre a filosofia da religião.

1.0. Uma vez que já se está de posse das determinações especulativas que dão origem à nervura do sistema, é possível passar à análise da coerência interna e externa das Lições. Aqui no caso, a atenção será concentrada no *Conceito da religião* tal como esse se apresenta no manuscrito de 1821 editado por Ilting. Essa análise pressupõe, contudo, um esclarecimento preliminar das fontes do pensamento de Hegel a propósito das Lições sobre filosofia da religião.

1.1. As fontes hoje identificáveis das referidas Lições ministradas por Hegel em 1821, 1824, 1827 e 1831 devem ser classificadas em três tipos. Melhor ainda, em dois tipos de fonte autógrafa e um tipo de fonte indireta. Os textos saídos do punho do próprio Hegel são a primeira fonte autógrafa. Eles são, respectivamente, o manuscrito das Lições de 1821 e as notas preparatórias que o Filósofo tomou para as mesmas Lições e que agora são propriedade da Houghton Library(13). Os apontamentos tomados pelos estudantes de Hegel no decorrer das suas Lições são a segunda fonte autógrafa. Esses são, respectivamente: Hotho, Deiters, Griesheim sem as adjunções de Hegel, Pastenacci e Kehler para as Lições de 1824; Anônimo, Huber e Boerner para as de 1827. Finalmente, o conjunto dos textos inseridos numa ou em mais edições das Lições, e que vieram a perder-se posteriormente são considerados fontes indireta. Nesse caso, a edição preparada por Bauer é fonte indireta do texto dito "Convolut" e dos apontamentos de v. Henning para as Lições de 1821. Por sua vez, a edição preparada por Lasson é fonte indireta dos apontamentos de v. Erdmann e, por conseguinte, das Lições de 1827(14).

1.2. Com respeito à problemática da relação entre o *autor* e as *intenções editoriais* acerca das Lições, Hegel é o autor formal e material do manuscrito de 1821, que foi editado em maneiras diversas por Bauer, Lasson, Ilting e Jaeschke. Hegel e os estudantes que tomaram os apontamentos das Lições são os autores formais das exposições orais. Tais estudantes são os autores materiais dos apontamentos, que foram editados por Marheineke, Bauer, Lasson, Pries e Jaeschke. Por sua vez Ilting foi o primeiro a oferecer a edição crítica do Manuscrito, sem porém ter cumprido a intenção de editar as Lições de 1821. Com efeito, o uso que ele faz do conjunto formado pelo texto "Convolut" e pelos apontamentos de v. Henning inseridos por Bauer na sua edição não é satisfatório, pelo fato dele duplicar, na maioria dos casos, a fonte do manuscrito. E além do mais, ele não publicou o espólio da Houghton Library.

1.3. Uma vez que foi ultrapassado o obstáculo constituído pela questão da crítica das fontes das Lições sobre filosofia da religião, pode-se passar a considerar o Conceito da religião tal como o mesmo se apresenta no manuscrito editado por Ilting. Nele o Conceito da religião desdobra-se em α) do ponto de vista da representação(15), o que inclui: a) Conceito da religião em geral(16); b) Conceito científico do ponto de vista religioso(17). Segue-se uma parte β) Necessidade do ponto de vista religioso(18), que inclui: c) Necessidade desse ponto de vista(19); d) Relação da religião à arte e à filosofia(20).

No evolver-se do Conceito da religião no elemento da representação, Hegel considera plausível uma visão especulativa do mesmo através das determinações *idéia-espírito-comunidade-autoconsciência*(21). A determinação objetiva do *culto* estaria correlacionada ao binômio comunidade-autoconsciência. Aqui se deve alertar que a questão entre o universal objetivo e a autoconsciência individual supõe um conhecimento razoável da teoria hegeliana da consciência (= Fenomenologia) e do espírito (= Psicologia) na sua relação com a Lógica.

Na concepção da necessidade da alteridade e da sua suprassunção está subjacente no manuscrito a apresentação do sistema do ponto de vista do espírito. Em outras palavras, está subjacente a concepção de que a apresentação científica da religião é uma tarefa destinada à Fenomenologia, pois para Hegel a religião permanece uma atividade subjetiva. Precisamente enquanto é uma atividade subjetiva, o discurso da religião se entrelaça com a Filosofia do espírito absoluto. As determinações que foram transmitidas na apresentação da religião do ponto de vista do espírito são as do *universal concreto* e da *autoconsciência*. O meio da articulação lógica é o da *totalidade*. Em outras palavras, o espírito apreende a objetividade e a subjetividade na sua compenetração recíproca.

A concepção da relação entre a arte, a religião e a filosofia que Hegel tinha em 1821 sofre a influência da Psicologia e da Filosofia do espírito absoluto como se apresentam na Enciclopédia de 1817. Com efeito, na Psicologia de 1817 a intuição é uma sub-faculdade da representação. Ora bem, nas Lições de 1821 a arte e a religião integram-se mutuamente assim como o fazem a intuição e a representação. E isso, precisamente, deixa espaço à conclusão que, tal como sucede no Espírito absoluto de 1817, no manuscrito de 1821 desdobram-se dois pontos de vista da compreensão do inteiro, o *religioso* e o *especulativo*.

2.0. Uma vez que já foi estabelecido o enquadramento especulativo em cujo espaço resulta possível o exercício da exegese hegeliana, e uma vez que já foi examinada a coerência interna e externa do conceito de religião assim como ele se apresenta no manuscrito de 1821, nada mais resta a não ser examinar a interpretação possível da função que as determinações oriundas da logicidade e da sistemática do real exercem no Conceito da religião.

O exercício dessa interpretação inspira-se num terceiro nível de leitura da Ciência da Lógica, segundo o qual essa é lida e apreendida como uma *Onto-teologia*. O ponto de partida duma leitura semelhante é a afirmação que o Conceito da religião é uma representação, ou seja é apreendido como uma pressuposição por parte da ciência. Mais concretamente, no presente caso a representação envia à Filosofia do espírito subjetivo e a pressuposição envia à ciência, isto é à Lógica.

2.1. Assumir o Conceito da religião como uma pressuposição, na perspectiva da Lógica traduz a questão da prova ontológica da existência de Deus, a passagem do seu conceito ao seu ser-aí(22). A concepção de Hegel a esse propósito consiste na *realização*, na *objetivação* tanto do sujeito como do predicado(23). Em um tal contexto, o conceito de Deus determinar-se-á como *Deus vivente e Espírito absoluto*, conhecido no seu *operar*. Na concepção exposta por Hegel na Ciência da Lógica, o conceito de Deus não brota nem da experiência externa, nem da percepção sensível mas antes resulta da auto-reflexão que culmina na idéia absoluta cuja forma de conhecimento é a logicidade.

Dentro da Lógica subjetiva, a objetividade desdobra a passagem mútua entre o que é *pressuposto* e o que é *posto*. Em seguida, é posta a mediação na auto-determinação do conceito. Tal mediação foi elevada à condição de imediata referência a si do conceito, e é como *fim* que o conceito refere-se à pressuposição, a qual é o negativo do conceito.

Na teleologia, o fim é o conceito que ao interno da objetividade se alcança a si mesmo, em tal modo que tem também a forma da indiferença objetiva(24). A primeira pressuposição do fim é a de ter um mundo objetivo perante si(25). A segunda pressuposição consiste na subsunção da objetividade exterior por parte do meio. A terceira pressuposição é a da determinação do fim como um objeto pressuposto(26).

Olhando-se a problemática na perspectiva da Filosofia do espírito subjetivo, isto é na da Fenomenologia, o sujeito refere-se a um mundo que lhe jaz externo, e nesse é reflexo em si. Sucintamente, a consciência é consciência de algo ou de alguém. O que a Fenomenologia transmite à Psicologia, ou em termos lógicos, a pressuposição da Psicologia é a unidade de consciência-autoconsciência que resulta ser a razão. Essa é a simples identidade entre a subjetividade do conceito e a sua objetividade e universalidade(27).

Com a realização do fim na Lógica, o nível da idéia é alcançado. Na idéia, então, manifesta-se a identidade entre a *mediação* que se tolhe a si mesma e a *imediaticidade*. Hegel em vez de articular a determinidade da idéia como se fora um predicado do sujeito, a articula antes como uma *totalidade devinda*(28). A Idéia enquanto é totalidade devinda tem duas determinações: o universal(29), e a relação da subjetividade para si e da objetividade para si(30). A idéia é o processo instaurado-se entre estas duas determinações, de modo que o conceito enquanto é a universalidade que é individualidade determina-se qual objetividade que se reconduz à subjetividade. A ciência pode, conseqüentemente, apreender o conceito de Deus na articulação do conhecer e é *Filosofia da religião*, ou então pode apreendê-lo na idéia absoluta e chega à *nova base*.

A pressuposição à idéia do conhecer desdobra-se como pressuposição ao verdadeiro e ao bem. Ora bem, as duas determinações do Conceito de Deus, a *universalidade*(31) e o *real*(32), manifestam-se a partir da imanência mútua que há entre a verdade e o bem. Em outras palavras, o Conceito de Deus assumido pela ciência como uma pressuposição se é determinado como conceito universal e real. A determinidade chamada universalidade é um resultado da atividade analítica do conceito subjetivo, sendo que a síntese é efetuada na existência exterior à qual o conceito passou. A determinidade chamada real emerge do sujeito que tem em si mesmo a sua determinação enquanto ele é objetivo. O conceito de Deus assumido como uma pressuposição universal e real é o *Deus vivente*.

2.2. Na vertente da sistemática do real os termos do discurso são o conceito da *religião* e a *representação*. Nas Lições de 1821 a representação tem por pressuposição o que o sentimento ou a sensação lhe transmite. A este ponto, seria legítimo fazer-se a pergunta porque o Conceito da religião é algo representado. Para responder essa pergunta, aliás de importância capital para a inteligência do tema da religião

no pensamento de Hegel, é bom recordar que na Psicologia hegeliana a representação recolhe o que a sensação recebe como pressuposição e o torna seu. Na representação a universalidade e o ser vêm a se unir. Por conseguinte, numa tal concepção psicológica, é no plano da representação que a sub-faculdade da imaginação ou, usando os termos da Enciclopédia de 1817, da imaginação reprodutora faz a imagem sair do eu e a exterioriza no espaço e no tempo.

Relanceando a problemática na perspectiva da representação, o conceito geral da religião desdobra-se em duas relações. Uma é a *objetiva* que considera o objeto na religião. A outra é a *subjetiva* que considera a relação do sujeito para com o objeto na religião. Na primeira relação não são apreendidas nem propriedades nem determinações abstratas, mas antes determinações que se manifestam. Em outras palavras, Deus, a imediatidade exterior na qual o objeto e a religião estão unidos, é a *idéia*, o *espírito* (33). Ademais, Deus está na sua *comunidade*, cuja determinação mais elevada é a *autoconsciência* (34). Na segunda relação a representação apreende o sentimento de união e de reconciliação no *culto*. Para Hegel a maneira de suprassumir o subjetivismo dessa relação é a da determinação ulterior do culto. A síntese efetuada na representação é aquela entre o *dom* e a sua *recepção*, entre o *pressuposto* e o *posto*. A *encarnação* (35) é a expressão dessa objetividade, a partir da qual o culto determina-se ulteriormente como o diferente, o *mundo* e o *pecado* (36) alcançando finalmente a doutrina da *imortalidade da alma* (37). Finalmente, a *devoção* (38) é a última relação que se manifesta. Ela é relação para com o universal absoluto que não é posto.

2.3. Retornando à vertente da Lógica, agora se alcançou o nível do puro pensamento no qual, de modo geral, há uma imediatidade realizada que é a da *idéia absoluta*. Ou melhor ainda, agora há duas imediatidades, o *método* (39) e a *nova base* (40). O método realiza a passagem do conceito a sua existência, isto é realiza o que se costuma chamar de prova ontológica da existência de Deus. Ademais, o método repropõe a inteira macro-estrutura da Lógica. Ele se determina como um *começo* ou seja, uma universalidade abstrata e simples. Por outro lado, esse universal mostra-se como o outro de si, a *diferença*. E, finalmente, evolve-se como negação da negação a partir da qual surge um *mediato mediado* que suprassume a própria mediação. Ora, com a imediatidade sem pressuposição chega-se à *nova base* (41). O conceito de Deus na Lógica de Hegel é, justamente, essa nova base que se dá a si a forma da imediatidade, que não é mais algo assumido

mas é um *deduzido*. É dessa base que a Lógica alarga-se à sistema e se torna a forma de outras imediatidades, sejam elas naturais ou espirituais.

2.4. Relativamente à Filosofia da religião, é na segunda parte do Conceito da religião que Hegel fala do conhecimento da verdade. Desse modo, o seu raciocínio move-se no plano correspondente ao puro pensar. Inicialmente, desdobra-se a necessidade do ponto de vista religioso, o qual se articula mediante determinações que são *totalidades devidas*. Uma é o objetivo, o universal, o concreto(42). A outra é o subjetivo, a mediação(43). A apresentação do ponto de vista religioso no manuscrito é feita na perspectiva do espírito. O que significa que Hegel reflete a tríplice forma da necessidade, na natureza(44), no espírito(45) e no absoluto(46), na perspectiva do espírito que se manifesta, que não é outra que a da Fenomenologia.

Ora bem, dessa reflexão sobre a necessidade na natureza, no espírito e no absoluto Hegel passa à relação entre a arte a religião e a filosofia(47). Entre essas três esferas há uma plataforma comum, pelo fato de todas terem consciência duma objetividade. Justamente a forma da diferença entre as três esferas articula-se em base à determinação dessa objetividade. Graças à essa plataforma comum há a totalidade de consciência-autoconsciência que cada uma das três esferas já é, de tal modo que a diferença é o desdobrar-se da totalidade assumida pela sensação, ou como intuição, ou como representação ou, finalmente, como pensamento.

A religião e a filosofia constituem na concepção de Hegel aquele momento da sistemática do real no qual a razão se sabe a si mesma. Ora, o caráter dessa razão que se sabe a si mesma é o que constitui a ciência última. Pois bem, subjacente à concepção que Hegel tem da razão que se sabe a si está a sua concepção do espírito como autoprodutor. À luz da ciência última, ou melhor para retificar a concepção da ciência última que envolve o todo no seu saber-se a si mesma, é preciso restituir uma fundamental dialética entre o dar e o receber, entre o por e o pressupor. Dialética essa que marca inelutavelmente o espírito. Mediante uma avaliação adequada dos momentos do produzir e do receber é possível pensar de maneira convincente a presença da *alteridade* que se manifesta como dom e mistério da liberdade. É possível e é pensável uma Filosofia do espírito como um "*commercium libertatis*" que sirva de fundamento para um "*commercium liberationis*".

Um outro problema, que aliás já está implicado nas considerações feitas acima, é o da relação entre a arte, a religião e a filosofia. Postulando a supressão da arte e da religião na filosofia, Hegel demonstra uma coerência inatável com a sua concepção de espírito autoprodutor. Todavia, como já foi aludido acima muito rapidamente, o receber é um momento constitutivo e inelutável do espírito e, por isso mesmo, a arte e a religião que articulam o receber no nível formal da intuição e da representação não se submetem à articulação significativa da filosofia. Seria arbitrário submeter a arte à expressão significativa da religião ou da filosofia, bem como seria arbitrário submeter a religião à expressão significativa da filosofia.

3.0. A atualidade da Filosofia da religião de Hegel nasce do encontro com a globalidade do seu filosofar. E esse é convite à própria atividade filosófica. Hoje em dia, uma filosofia da religião que tenha como parceira de diálogo a Filosofia de Hegel deve fazer as contas com a necessidade duma reformulação da Ciência da Lógica. Dentro desse projeto de reformulação da mesma, uma tarefa seria a de dar o devido espaço estrutural às determinações da imediatidade. Uma outra seria a de reformular a arquitetônica da Lógica, removendo a doutrina do juízo e do silogismo do nível que ocupam na imediatidade objetividade e desenvolvendo-a na imediatidade *existência*. Com efeito, é aí na existência que se afirma a primeira totalidade lógica. Ora bem, o silogismo deveria encontrar o seu lugar na doutrina do existente como uma totalidade, cuja expressão adequada formula-se assim: SP é PS. Ou ainda há a tarefa de desenvolver uma antropologia filosófica que beba generosamente da Filosofia do espírito subjetivo, tornando atual a doutrina da consciência e do espírito no arco duma doutrina filosófica do homem mais ampla. Completada por exemplo por um estudo da decisionalidade e da temporalidade humana.

Hegel e nós! As categorias quais realidade, movimento, processo, reconhecimento, concreto, desenvolvimento, negatividade, dialética etc. fazem parte do universo categorial com o qual hoje os homens se comunicam. É através delas que a presença de Deus se oferece reflexivamente à consciência. Hegel nos ajuda a articular o nosso discurso sobre Deus de sorte a ser significativo para o homem de agora. No meio deste universo significativo e na mediação das suas determinações lingüísticas, para nós cristãos permanece a tarefa de reafirmar a centralidade de Deus na história. E seguindo as pegadas do grande doutor Tomás de Aquino por-se a única pergunta realmente decisiva: *quid sit Deus?*

NOTAS

- (1) Hegel, G.W.F., *Religionsphilosophie*. Vol. 1, *Die Vorlesung von 1821*. Ed. p. K.-H. Ilting. Napoli 1978. Doravante citado sob a sigla Mrel.
- (2) Hegel, V.W.F., *Vorlesungen, Ausgew. Nachschr. u. Ms. Vol. III. Vorlesungen über die Philosophie der Religion: Teil 1, Einleitung: der Begriff der Religion*. Ed. W. Jaeschke. Hamburg 1983.
- (3) A esse propósito ver Düsing, K., *Hegels Begriff der Subjektivität in der Logik und in der Philosophie des subjektiven Geistes*. In *Hegel-Studien Beiheft 19* (1979) 201-214; *Das Problem der Subjektivität in Hegels Logik. Systematische und entwicklungsgeschichtliche Untersuchungen zum Prinzip des Idealismus und zur Dialektik*. Bonn 1976, *Hegel-Studien Beiheft 15*. Puntel, L. B.; *Darstellung, Methode und Struktur. Untersuchungen zur Einheit der systematischen Philosophie G.W.F. Hegel*. Bonn 1973, *Hegel-Studien Beiheft 10*, 61-144.
- (4) A edição das obras de Hegel aqui usada é a seguinte: Hegel, G.W.F.; *Sämtliche Werk. Jubiläumsausgabe in zwanzig Bänden*. Faksimile-Nachdruck der Vollständigen Ausgabe durch einen Verein von Freunden des Verewigten, 1832-1845. Ed. H. Glockner. Stuttgart 1964⁴ss. Doravante as obras manuseadas aparecerão sob as seguintes siglas:
Log 1: Bd 4, *Wissenschaft der Logik*. Erster Teil. Die objektive Logik.
Log 2: Bd 5, *Wissenschaft der Logik*. Zweiter Teil. Die subjektive Logik oder Lehre vom Begriff.
HENz: Bd 6, *Enzyklopädie der philosophischen Wissenschaften in Grundrisse und andere Schriften aus der Heidelberger Zeit*.
BENZ 1: Bd 8, *System der Philosophie*. Erster Teil. Die Logik.
BENZ 2: Bd 9, *System der Philosophie*. Zweiter Teil. Die Naturphilosophie.
BENZ 3: Bd 10, *System der Philosophie*. Dritter Teil. Die Philosophie des Geistes.
RPh 1 e 2: Bd 15 e 16, *Vorlesungen über die Philosophie der Religion*.
- (5) Para Hegel é indiferente se esses momentos são três ou quatro (cfr. Log 2, 344). A esse propósito ver ainda Henrich, D., *Hegels Logik der Reflexion, in Hegel im Kontext*. Frankfurt a.M. 1971, 104.
- (6) Log 2, 176 ss.
- (7) Log 1, 506.
- (8) Log 2, 9.

- (9) Log 2, 175.
- (10) BEnz 3, § 571.
- (11) BEnz 3, § 577.
- (12) Relativamente à problemática da relação entre Lógica e sistemática do real ver Fetscher, I., *Hegels Lehre vom Menschen. Kommentar zu den §§ 387 bis 482 der Enzyklopädie der Philosophischen Wissenschaften*. Stuttgart 1970. Puntel, L.B., op. cit., pp. 145-258.
- (13) Para a leitura dessas notas ver Schneider, H., *Unveröffentlichte Vorlesungsmanuskripte Hegels*, Hegel-Studien 7 (1972) 28-31, 32-46, 56-59.
- (14) A respeito da problemática hodierna da Filosofia da religião em Hegel ver Graf, F.W. e Wagner, F. (Ed), *Die Flucht in den Begriff. Materialien zu Hegels Religionsphilosophie*. Stuttgart 1982.
- (15) Mrel 61,7; 65,3; 65,8.
- (16) Mrel 65,7.
- (17) Mrel 91,21.
- (18) Mrel 61,9; 65,5; 135, 16-19.
- (19) Mrel 135,20.
- (20) Mrel 159,1.
- (21) Mrel 67, 12.14.
- (22) Log 2, 174.
- (23) Log 2, 174.
- (24) Log 2, 218.
- (25) Log 2, 219-220.
- (26) Log 2, 233.
- (27) HEnz § 360; BEnz § 438.
- (28) Log 2, 241.
- (29) Log 2, 242.
- (30) Log 2, 242.
- (31) Log 2, 320.
- (32) Log 2, 320-321.
- (33) Mrel 67, 12-13.
- (34) Mrel 67, 14-16.
- (35) Mrel 79,1 ss.
- (36) Mrel 81,16.
- (37) Mrel 85,1 ss.
- (38) Mrel 111,9.
- (39) Log 2,329-346.
- (40) Log 2, 346-353.
- (41) Log 2, 346.
- (42) Mrel 137,4.8.
- (43) Mrel 137,11.
- (44) Mrel 147,7.
- (45) Mrel 149,6.
- (46) Mrel 153,23.
- (47) Mrel 159,1.